



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Conferência
O Novo Quadro da
Segurança e Defesa Europeia
- desafios e opções para Portugal -



Sínteses EuroDefense - 21

Évora, 8 de Novembro de 2012

...“PROMOVER A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA” ...

O EuroDefense-Portugal funciona como Organização Não Governamental (ONG) apoiada administrativa e financeiramente pelos seus fundadores, estando aberto à participação ou apoio de outras entidades militares, empresariais e científicas.

Tem como principais finalidades:

- Estudar questões relativas à segurança e defesa da Europa, em particular as que tenham interesse para a indústria de defesa e para as actividades das associações empresariais;
- Servir de fórum, promover o debate, organizar estudos e efectuar investigação sobre as matérias do seu âmbito e difundir os seus resultados;
- Trocar informações e organizar actividades com os outros congéneres europeus.

O EuroDefense-Portugal é membro da rede de Associações EuroDefense que começou a ser constituída em 1994 com o fim de promover a identidade europeia de segurança e defesa e contribuir para o desenvolvimento de um “espírito de defesa”. Para além de Portugal, existem Associações EuroDefense na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, na Espanha, na França, na Grécia, na Holanda, na Hungria, na Itália, no Luxemburgo, no Reino Unido e na Roménia.

Conferência

**O Novo Quadro de
Segurança e Defesa Europeia**

— —

Desafios e opções para Portugal

8 de Novembro de 2012

Universidade de Évora

Auditório do Departamento de Economia

Colégio do Espírito Santo

Índice

Introdução	5
<i>Presidente da Direcção do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal</i>	
Temas do Debate	7
Programa da Conferência.....	13
A Política Comum de Segurança e Defesa e a nova Política Europeia de Vizinhança para o Mediterrâneo.....	15
<i>Prof. Doutor Marco António Martins e aluna Ana Teresa Cairo</i>	
A Densificação dos Conceitos de Segurança e Defesa: o papel dos Jovens Europeus	24
<i>Dr. Felipe Pathé Duarte</i>	
Defesa e cooperação transatlântica - Novos desafios	25
<i>Dr. Rui Costa</i>	
Considerações Finais	33
<i>Major-General Augusto de Melo Correia</i>	
Relatório Final.....	38
<i>Comissão de Alunos Organizadora da Conferência</i>	
Links úteis sobre leituras recomendadas	43
Colecção de Sínteses EuroDefense	47

Introdução

Os cidadãos portugueses, sobretudo os jovens, têm participado muito pouco na concepção, construção e processo de integração da UE, que tem sido feita demasiado à margem dos europeus. Acresce que as questões de segurança e defesa colectiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses muito baixa prioridade, como ficou bem patente não só na campanha eleitoral em 2009, como na elevada taxa de abstenção das últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Ciente desta lacuna, o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal promove anualmente iniciativas, em colaboração e parceria com Universidades nacionais, tendentes a aprofundar o processo de participação de jovens, de patamar universitário, com o objectivo de fomentar a sua tomada de consciência para os assuntos Europeus e contribuir para a formação da opinião pública neste sector.

Com este objectivo, a Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, organizaram no Auditório do Departamento de Economia da Universidade de Évora, no passado dia 8 de Novembro de 2012, uma Conferência subordinada ao tema “*O novo quadro da Segurança e Defesa – desafios e opções para Portugal*”.

Esta iniciativa teve como conferencistas as seguintes personalidades: TGen Abel Cabral Couto, do EuroDefense-Portugal, Prof. Dr. Marco António Martins, Director do Curso de Relações Internacionais da Universidade de Évora, Ana Teresa Caeiro, aluna do 2º Ano de Relações Internacionais, Dr. Felipe Pathé Duarte, Doutorando e Investigador Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa, Doutorando Rui Costa, doutorando em Teoria Juridico-Política e Relações Internacionais na Universidade de Évora, sob a moderação do Prof. Doutor Marco António Martins da Universidade de Évora.

Neste quadro, a Conferência inseriu-se no propósito de congregar a participação dos jovens universitários na reflexão e debate sobre a construção da União, não só numa perspectiva de partilha e compromisso europeus mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais. Como corolário, teve ainda como objectivo principal promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia face ao Tratado de Lisboa, em particular no âmbito da segurança e defesa e sua conexão com os interesses de Portugal.

Com o propósito de assegurar uma participação empenhada dos alunos da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, estiveram presentes na organização e participação neste evento as associações de estudantes da área das relações internacionais, designadamente: a Associação de Estudantes da Universidade de Évora e o Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de Évora.

Na sessão de abertura, perante um auditório repleto de jovens universitários interessados e participativos, cuja adesão foi demonstrativa do interesse pela temática, usaram da palavra o Magnífico Reitor da Universidade de Évora Professor Catedrático Carlos Alberto dos Santos Braumann, o Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente EuroDefense-Portugal, e o Prof. Doutor João Manuel Rodrigues Pereira, Director do Departamento de Economia da Universidade de Évora, o Dr. Paulo Figueira, Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora e o Aluno Jorge Bandarra, Presidente do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de Évora.

Lisboa, 8 de Novembro de 2012

O Presidente da Direcção

António Figueiredo Lopes

Temas do Debate

No quadro da evolução previsível das ameaças ao sistema de segurança internacional, a maximização da eficácia e adaptabilidade da actual Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia (PCSD) continuará a ser uma das grandes prioridades da UE e dos Estados membros, enquanto os conflitos nos Balcãs, em África, no Médio Oriente e na Ásia Central/ Afeganistão persistirem e o risco de terrorismo na Europa se perpetuar.

Com a nova doutrina Obama, proclamando “uma nova era de empenhamento”¹ focalizada na paz e segurança internacional, os EUA alteraram a sua visão estratégica, tendo passado a contar com a Europa para uma partilha de liderança e uma abordagem mais forte, mais comprometida e mais coerente perante os novos, multifacetados e complexos desafios e ameaças à segurança e estabilidade internacional². Neste contexto, o Conselho Europeu de 16 de Setembro de 2010 declarou que a União deve ser um actor mundial eficaz, apto a “partilhar a responsabilidade pela segurança mundial” e a assumir um papel de “liderança na definição de respostas conjuntas a desafios comuns”.

Como corolário desta doutrina, insere-se a nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA³, que recomenda a promoção de uma nova ordem internacional que possa ajudar a resolver os desafios do nosso século, baseada no diálogo, no respeito pelos direitos humanos e por outras culturas e na cooperação internacional. Contudo, por razões sobretudo de contenção financeira, a nova Directiva Estratégica de Defesa dos EUA⁴ refocaliza as prioridades estratégicas militares dos EUA na direcção da Ásia-Pacífico e Médio Oriente, de que é prova evidente a programada redução de forças americanas na Europa, incluindo os Açores. No entanto, tanto Hillary Clinton como Leon Panetta continuam a reiterar que a Europa continuará a ser “*the lasting strategic importance of the transatlantic partnership*” e a constituir o “*Washington’s partner of first resort*”, tendo por base os ensinamentos da intervenção Europeia na Líbia em 2011⁵, em que pela primeira vez na história das relações transatlânticas os EUA ensaiaram uma nova política de “*lead from behind*”, como alternativa à política de “*primus inter pares*”, exigindo que a Europa proteja os seus próprios valores e interesses com os seus próprios meios, o que significa que o acento tónico é posto no reforço das capacidades militares críticas europeias⁶. Neste contexto de “*Post-American NATO*”, com perda gradual do interesse estratégico dos EUA pela NATO, competirá à Europa preencher a lacuna existente nas capacidades militares europeias, para que os

dois lados do atlântico possam estabelecer um novo paradigma nas relações de segurança e defesa. Neste contexto, na Cimeira da NATO em Chicago (Maio de 2012), a UE teve a oportunidade de demonstrar a sua vontade e determinação para desenvolver as capacidades militares que a Europa necessita.

O retorno activo dos EUA à cena multilateral, conjugado com a vontade de reconhecimento global das chamadas potências emergentes, pode assim constituir uma janela de oportunidade para uma maior eficácia das parcerias estratégicas para o multilateralismo, perante os crescentes desafios da segurança regional e internacional. Neste sentido, ainda num quadro de crise financeira e contenção orçamental, os EUA exortam os aliados Europeus a continuarem a investir em defesa otimizando os novos conceitos cooperativos intitulados por “pooling & sharing” ou “smart defence”, em processo de desenvolvimento respectivamente na UE e NATO, para “fazer mais e melhor com os escassos recursos existentes”.

Por outro lado, o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica, adoptado em Lisboa em Novembro de 20107, reconhece o primado do aprofundamento do diálogo político, da cooperação e do reforço das parcerias estratégicas como instrumentos promotores de segurança, paz e estabilidade internacional.

Uma nova atitude estratégica nas relações transatlânticas, tendo por base a partilha de tarefas e complementaridade da parceria estratégica UE-NATO, recomenda a urgente redefinição de prioridades para a Segurança Europeia, no quadro de um novo sistema de segurança euro-atlântico.

O reforço e a flexibilização de uma verdadeira parceria estratégica renovada UE-NATO e UE-EUA e a implementação da Estratégia Europeia de Segurança, à luz das orientações do Tratado de Lisboa, são assim etapas fundamentais neste processo de mudança de atitude estratégica, que se reflectirá naturalmente ao nível do processo de desenvolvimento de capacidades e da partilha de tarefas e responsabilidades.

São inúmeras e variadas as questões em aberto, para as quais é preciso encontrar respostas adequadas. Reproduzimos aqui algumas dessas questões fundamentais:

- a) No quadro do multilateralismo efectivo e tendo presente a actual crise financeira europeia, em que medida as capacidades, as fraquezas e os recursos individuais dos Estados membros vão influenciar a implementação de uma estratégia de segurança e defesa colectiva da Europa?

- b) Que mais poderá ser feito no quadro de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica para:
- Reforçar o desenvolvimento coordenado de capacidades civis e militares;
 - Alcançar os objectivos do Tratado de Lisboa, nomeadamente no que respeita à implementação do Serviço Europeu de Acção Externa e ao reforço do nível de ambição e do desenvolvimento das capacidades, através da “Cooperação Estruturada Permanente”;
 - Responder à complexidade crescente das novas ameaças à segurança internacional (alterações climáticas e recursos escassos, segurança energética, ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, terrorismo e pirataria marítima)?
- c) Neste contexto, considerando o facto de a PCSD estar agora ancorada num Tratado, em que medida a implementação da “Cooperação Estruturada Permanente”, estabelecida no Tratado de Lisboa, fornece possibilidades adicionais de melhorar as capacidades militares da PCSD e pode contribuir para um maior dinamismo de capacitação integradora Europeia e de mudança no sentido de, progressivamente, se caminhar para uma Europa de Defesa?
- d) Considerando que a actual crise financeira e económica continuará a ter um impacto significativo nas capacidades militares da EU, como poderão os novos conceitos de “pooling & sharing” e “smart defence” contribuir para que uma crise financeira não se transforme numa crise de segurança europeia com repercussões estratégicas? Num ambiente de crescente vontade política para implementar estes novos conceitos cooperativos, quais as parcerias e opções para Portugal, tendo em consideração os seus interesses estratégicos?
- e) No quadro do novo Conceito Estratégico da NATO deve a Aliança ter uma estratégia global como “polícia” ao serviço da segurança global, abarcando um largo espectro de operações de gestão de crises, estabilização e apoio aos esforços de reconstrução pós-conflito, ou deve actuar mais como “parceiro” e regressar à sua original “raison d’être” como provedor da defesa colectiva europeia?

Assim, considerando a natureza global, híbrida e transnacional das novas ameaças e a implementação plena dos conceitos “comprehensive approach” e “cooperative security”, deve a Aliança evoluir no sentido de desenvolver também uma capacidade civil de resposta a gestão de crises e, neste caso, quais as estruturas, os mecanismos e os instrumentos que assegurem a indis-

pensável coordenação, complementaridade e reforço mútuo, evitando duplicações desnecessárias com a UE8?

- f) Face à emergência das potências asiáticas e à inevitável formulação de um conceito de “Novo Ocidente”, de que forma é que os europeus são afectados pela “nova” relação entre EUA e os asiáticos? De que forma é que as “novas” relações transpacificas afectam a “velha” relação transatlântica, incluindo a Aliança Atlântica? Como adaptar a ordem internacional criada em 1945 à realidade actual marcada pela emergência das potências asiáticas e pelo aparente declínio do eurocentrismo num mundo cada vez com maior tendência pós-atlântica? Como preservar o compromisso dos EUA em relação à liderança da NATO? Como poderá a Aliança manter a sua eficiência operacional num ambiente de austeridade orçamental?
- g) Como se pode hoje equacionar uma reflexão sobre segurança, quando o conceito de segurança humana traz à agenda dos Estados e da academia o reforço da preocupação com o individuo e colectividades enquanto sujeitos de autonomia e emancipação dos seus próprios processos de (in)segurança? E como é que a União Europeia e a NATO têm incluído estas abordagens nos seus conceitos estratégicos, nomeadamente no que respeita às profundas transformações em curso no mundo islâmico e ao papel da juventude no Norte de África e Médio Oriente?
- h) No que concerne à política de vizinhança da UE e à implementação da PCSD, poderá a situação no Magrebe e Médio Oriente, sobretudo a crise na Líbia, constituir o primeiro teste ao papel do Tratado de Lisboa, nomeadamente quanto à eventual “marginalização” do poder das instituições centrais da intergovernamentalidade (Conselho, SEAE), face aos “directórios” dos Estados-membros mais poderosos?

Em análise vai estar a reflexão e debate sobre o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e sua conexão com os interesses de Portugal, tendo em consideração os seguintes desenvolvimentos:

- (i) A implementação do Tratado de Lisboa, designadamente no que se refere à criação e operacionalização do Serviço Europeu de Acção Externa e à execução da Política Comum de Segurança e Defesa;
- (ii) A dimensão da segurança humana e o quadro alargado dos novos desafios, riscos e ameaças à segurança internacional, incluindo a nova política europeia de vizinhança para o Mediterrâneo Sul;

- (iii) O novo Conceito Estratégico da NATO, a eventual necessidade de revisão da Estratégia Europeia de Segurança e sua incidência na parceria estratégica renovada UE-NATO.

Notas:

¹Tradução livre de “a new era of engagement” (White House website: http://www.whitehouse.gov/agenda/foreign_policy/).

²No Parlamento Britânico, em 25 de Maio de 2011, Obama defendeu que “ a aliança entre os EUA e os seus aliados será indispensável neste século”.

³“National Security Strategy”, May 2010

⁴“Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense”, Department of Defense, January 2012

⁵Intervenções de Hillary Clintons e Leon Panetta na Conferência de Segurança,Munique , 3-4 de Fevereiro de 2012.US Gannett Government Media, defensenews.com – 06Fev12 .

⁶“All Alone? – What US retrenchment means for Europe and NATO”, Centre for European Reform, February 2012. Por outro lado, estima-se que, apesar de se tratar de uma pequena operação militar, 90% das missões na Líbia necessitaram, de uma forma ou de outra, do apoio militar dos EUA (ver Smart but too cautious: How NATO can improve its fight against austerity - Centre for European Reform, May 2012.

⁷“Active Engagement, Modern Defence”, November 2010

⁸Ver Novo Conceito Estratégico da NATO, §20-25, “Security through Crisis Management”

Imagens da Conferência



Sessão de Abertura

Painel “O novo quadro político-estratégico Europeu”



Debate

Conclusões e Encerramento



Programa da Conferência

14:30 Sessão de Abertura

Magnífico Reitor da Universidade de Évora

Professor Catedrático Carlos Alberto dos Santos Braumann

Presidente da Direcção do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal

Dr. António Figueiredo Lopes

Director da Escola de Ciências Sociais

Professor Catedrático José Alberto Machado

Director do Departamento de Economia da Universidade de Évora

Professor Doutor João Manuel Rodrigues Pereira

Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora

Dr. Paulo Figueira

Presidente do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de Évora

Jorge Bandarra

15:15 Painel “O novo quadro político-estratégico Europeu”

Moderador: Prof. Doutor Marco António Martins,

Director do Curso de Relações Internacionais

Subtemas:

“A evolução da Estratégia Europeia de Segurança – opções para Portugal”

Tenente General Abel Cabral Couto

“A PCSD e a nova Política Europeia de Vizinhança para o Mediterrâneo Sul: obstáculos e opções para Portugal ”

Prof. Doutor Marco António Martins,

Director do Curso de Relações Internacionais

Ana Teresa Caeiro, aluna do 2º ano de Relações Internacionais

“A Densificação dos Conceitos de Segurança e Defesa: o papel dos Jovens Europeus”

Doutorando Felipe Pathé Duarte

Presidente da Assembleia Geral da Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania (DECIDE)

“Defesa e cooperação transatlântica. Novos desafios.”

Dr. Rui Costa

Doutorando em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais

17:00 Debate

17:20 Encerramento

Conclusões

Aluno da licenciatura em Relações Internacionais, Universidade de Évora

Micael Gonçalo dos Santos

Sessão Final

Vice-Presidente do EuroDefense

Major-General Augusto Melo Correia

Coordenador Científico da Conferência

Professor Doutor Marco António Martins

A Política Comum de Segurança e Defesa e a nova política europeia de vizinhança para o Mediterrâneo Sul: obstáculos e opções para Portugal.

Notas da alocução proferida pelo Prof. Doutor Marco António Martins e Ana Teresa Caeiro

ABSTRACT

Importa no quadro do presente tema - A Política Comum de Segurança e Defesa e a nova Política Europeia de Vizinhança para o Mediterrâneo Sul: obstáculos e opções para Portugal - analisar os principais vectores estratégicos referentes ao contexto em que se insere a PCSD e a PEV no sentido de compreender como se deverá posicionar Portugal na esfera da parceria estratégica UE-NATO, tendo particular atenção ao actual momento de crise que se vive não só intra mas extra-europeu.

Palavras-chave: PCSD, PEV; NATO, crise financeira, relações internacionais.

1. Notas Introdutórias: ordem internacional/conflitos

Verifica-se praticamente a inexistência de guerras que oponham dois ou mais estados mas que de acordo com o *Hilderberg Institute for International Conflict Research* identificaram-se entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011 cerca de 388 conflitos entre os quais 38 conflitos violentos, 148 crises violentas, 87 crises não violentas e 115 disputas. Anotemos todavia o incremento de 6 (em 2010) para 22 guerras (em 2011), sendo por sinal o ano com o maior número de guerras desde a II GM. Em termos regionais, 124 conflitos localizaram-se na região asiática e Oceânia, enquanto que 91 na África subsahariana, 65 na Europa, 62 no Médio Oriente e Magrebe, e Américas 46. Acresce ainda o facto de que 130 casos de conflito advieram por motivos de ordem sistema/ideologia; 84 por recursos; 81 em nome do poder nacional, além disso

registaram-se conflitos por disputas territoriais, secessão, autonomia, predominância sub nacional (interesses territoriais) e poder internacional.

Actualmente recorre-se ao conflito para justamente não outorgar a possibilidade de surgir uma guerra, sendo os estragos ocorridos de forma cirúrgica numa espécie de teste à capacidade tecnológica de ponta existente em matar na minimização de danos colaterais, entenda-se perdas humanas civis inevitáveis, porque na maioria dos casos as mesmas servem de escudos humanos. Observemos que tendo em consideração que segundo Adriano Moreira todo o *facto nacional* pode ser *potencialmente internacionalizável*, referimos nesse caso que se evidencia por um lado a transferência parcelar do poder soberano para o ambiente externo e, por outro lado a continuidade do maquiavelismo que recorre sistematicamente à utilização da força para posteriormente (re)estruturar o normativismo internacional com impacto na ordem jurídica interna.

Precisamente, anotemos a escala referente aos níveis de conflito adoptada pelo Programa de Investigação Interdisciplinar sobre as Causas das Violações dos Direitos Humanos (PIOOM): (1) situações pacíficas estáveis com um elevado grau de estabilidade política e legitimidade governativa; (2) situações de tensão política caracterizadas por níveis crescentes de tensão sistémica, de divisões sociais e políticas; (3) conflito político violento, situação que poderá converter-se em crise política; (4) conflito de baixa intensidade, quando se verifica a existência de uma hostilidade declarada e conflito armado entre facções; (5) conflito de alta intensidade, quando existe guerra aberta entre grupos rivais ou deslocamento de sectores da população civil.

2. Política Comum de Segurança e Defesa

Um marco da política comum de segurança e defesa, para Portugal, foi certamente o *Tratado de Lisboa* que entrou em vigor dia 1 de Dezembro de 2009. É o mais recente de uma série de tratados que actualizam e consolidam a base jurídica do bloco no tocante a matérias nos sectores da defesa e segurança.

O *Tratado de Lisboa* pretendeu reforçar a coesão do bloco europeu para que este projectasse uma imagem de maior eficiência e transparência. Para isso, consideraram-se novos desafios globais como, entre outros, a segurança energética, a sustentabilidade e as alterações climáticas. A importância do *Tratado de Lisboa* assentou indubitavelmente nas medidas de maior relevância quanto aos mecanismos de acção externa da União Europeia e particularmente nos sectores de segurança e defesa.

O *Tratado de Lisboa* surgiu por um lado, num contexto de um visível mundo globalizado, onde a mudança tem sido caracterizada como uma constante e, por outro lado, onde a Europa enfrentava precisamente as consequências da globalização económica, da evolução demográfica e das novas ameaças à segurança com impacto direto ao nível doméstico como o terrorismo, de que fora exemplo o atentado ocorrido em Madrid, no fatídico dia 11 de Março de 2004.

Importa, nesse sentido, referir que anteriormente ao *Tratado de Lisboa* e já no contexto que culminara no mesmo, os Estados-membros da União Europeia careciam de autonomia suficiente para que lograssem suportar e responder aos novos desafios que se aproximavam, existindo por conseguinte a necessidade de um esforço colectivo.

Anotemos que as alterações implementadas pelo tratado em apreço foram de facto inúmeras e de cariz distinto. Em síntese, o *Tratado de Lisboa* outorgou à União Europeia mecanismos não só de reforço democrático como também de transparência ao acentuar simultaneamente a importância do papel do Parlamento Europeu e dos respectivos parlamentos nacionais.

No quadro das disposições introduzidas pelo *Tratado de Lisboa*, tornou-se imprescindível enfatizar àquilo que o tratado implementara em termos de segurança, defesa e política externa, a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança bem como o Serviço de Acção Externa da União.

De facto, o *Tratado* introduziu mudanças substanciais em matéria de política de segurança e defesa, como a alteração da designação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); a introdução de uma cláusula de *defesa mútua*; a instituição de uma cláusula de solidariedade; a ampliação do leque de missões; o alargamento dos domínios das Cooperações Reforçadas; a criação das Cooperações Estruturadas Permanentes; o reforço do papel da Agência Europeia de Defesa (*European Defence Agency*, EDA, no acrónimo em língua inglesa); e finalmente, a concessão de personalidade jurídica à UE.

A alteração de PESD para PCSD referiu-se ao fortalecimento dos mecanismos de acção no âmbito dos negócios estrangeiros e da segurança e defesa. Relativamente à criação de uma cláusula de defesa mútua recorde-se que tal como se encontra referenciado no *Tratado de Lisboa*: “*Se um Estado Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance*”.

Assim, no que tocou à instituição de uma cláusula de solidariedade, os países comprometeram-se a prestar assistência a um Estado-membro afectado, usando todos os recursos inclusive meios militares. A ampliação do leque de missões diz respeito àquelas que estariam englobadas na PCSD, como por exemplo: (1) as missões em matéria de desarmamento, (2) o apoio a países terceiros (combate ao terrorismo e reforma da segurança), (3) as missões humanitárias, (4) de evacuação, (5) de assistência em matéria militar, (6) de prevenção de conflitos e manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises.

O *Tratado de Lisboa* alargou o domínio das Cooperações Reforçadas introduzidas pelo *Tratado de Amesterdão*. Há que relembrar que a partir do *Tratado de Nice* (2000), as Cooperações reforçadas passaram a aplicar-se explicitamente à PESC, porém não podiam incidir em matérias que tivessem implicações militares. Deste modo, o *Tratado de Lisboa* alargou este mecanismo a essas matérias.

3. Estratégia Europeia de Segurança

Tendo em conta as ameaças comuns à segurança interna da União Europeia, como o terrorismo, a criminalidade organizada, de que é exemplo o tráfico de droga e de seres humanos e o branqueamento de capitais, os conflitos regionais, a cibercriminalidade, as catástrofes naturais e as provocadas pelo homem, a União teve que fazer face a estes desafios. E porque nenhum país é capaz de enfrentar autonomamente os desafios que se colocam no mundo de hoje, os Estados-membros da U.E. unem-se para defender o factor-chave que garante a qualidade de vida europeia: a segurança.

A estratégia de segurança definida pela União Europeia centra-se em três pontos cruciais, nomeadamente: dar resposta às ameaças, enfrentando-as; criar segurança na vizinhança; criar uma ordem internacional baseada no multilateralismo efectivo.

O primeiro objectivo tem em conta factores como a globalização que concedem dinamismo às novas ameaças, estas que não são puramente militares, pelo que não podem ser combatidas por meios exclusivamente militares, havendo necessidade de conjugar instrumentos, mais concretamente uma utilização coerente dos mesmo (instrumentos políticos, diplomáticos, etc.).

O segundo objectivo pode ser exemplificado com o conflito israelo-árabe vista a sua resolução como uma prioridade estratégica para a Europa. Pois a estabilidade na vizinhança é de suma importância para a segurança interna da

União Europeia.

O último grande objectivo estratégico da União parte do princípio de que a segurança europeia depende cada vez mais do sistema multilateral efectivo, querendo assim desenvolver uma sociedade internacional mais forte. Neste ponto uma das prioridades da Europa é a de reforçar as Nações Unidas e dotá-la de meios para que possa cumprir as suas missões e actuar de formar mais eficaz.

4. NATO - UE

“Berlin Plus Arrangements” foi um acordo de colaboração entre a União Europeia e a NATO, já no século XXI. Este acordo concede à EU o poder de aceder às capacidades militar de que a NATO dispõe. Porém, para que possamos conhecer melhor a relação NATO-EU é necessária a abordagem do Novo Conceito Estratégico da NATO.

Como estabelecido no artigo 5º do Tratado de Washington, a NATO recorda no seu Novo Conceito Estratégico que a maior responsabilidade da aliança é a de proteger e defender os seus territórios e populações contra o ataque. É neste novo conceito que a NATO enumera a defesa colectiva, a gestão de crises e a segurança cooperativa como as principais tarefas a que se propõe. Porém, no que toca exclusivamente à Europa, a NATO afirma no que os laços entre a América do Norte e a Europa tem uma grande importância para o garante da paz e segurança da área euro-atlântica, sendo assim a União Europeia um parceiro essencial para a NATO. Esta concede particular relevo ao *Tratado de Lisboa* devido às capacidades que outorga à União Europeia para enfrentar os desafios de segurança comuns, por exemplo a PCSD já falado.

Neste Novo Conceito Estratégico, a NATO refere que tem como objectivo que, futuramente, se entre em acordo com a Rússia a transparência relativamente às armas nucleares, para que estas se recolhem longe dos países membros da NATO. Tendo, deste modo, como objectivo fortalecer as armas convencionais na Europa.

Reconhecendo que, em conjunto com a União Europeia, a NATO contribui para a paz e segurança a nível internacional, esta pretende:

1. Reforçar a parceria estratégica com a UE, com transparência e respeito à autonomia de cada uma das organizações;
2. Reforçar a cooperação prática em operações relacionadas com a crise;

3. Ampliar as consultas políticas a fim de incluir todas as questões de interesse comum, para partilhar perspectivas e avaliações;
4. Cooperar mais no desenvolvimento de capacidades de minimizar a duplicação e maximizar a relação custo-eficiência.

A Cimeira de Chicago que teve lugar nos dias 20 e 21 de Maio do ano presente, teve como objecto a questão da renovação do compromisso da NATO para com o Afeganistão, com o fim de preservar o progresso feito na última década. Esta missão não passa apenas por salvaguardar o Afeganistão, mas também toda a esfera internacional do ataque terrorista.

É na Cimeira de Chicago que é abordado o conceito de *Smart Defence* que representa a mudança de visão, mais concretamente a oportunidade para uma nova cultura de cooperação em que a colaboração multinacional tem mais relevo como uma opção eficaz e eficiente para o desenvolvimento de capacidades críticas. O desenvolvimento de maiores capacidades militares europeias irá reforçar o vínculo transatlântico, aumentando assim a segurança de todos os aliados e promovendo a partilha equitativa dos encargos, benefícios e responsabilidades dos membros da Aliança. Assim, a NATO irá cooperar com a U.E. para garantir a referida *Smart Defence*.

5. PEV – Mediterrâneo Sul

A Política Europeia de Vizinhança (PEV), foi lançada em 2003 aquando do alargamento da União Europeia. Foi criada como um novo enquadramento para as relações entre a Comunidade alargada e os países vizinhos a leste (Arménia, Azerbaijão, Bielo-Rússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) e a sul (Argélia, Autoridade Palestiniana, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria e Tunísia), tendo por base os compromissos recíprocos já existentes, mas permitindo um grau de integração a nível económico e de relacionamento mais profundo no âmbito político. De uma forma geral, pode referir-se que o objectivo desta política consiste na criação de uma zona alargada de estabilidade e segurança, na qual se estabeleça uma relação de cooperação, que visa tornar assim o Mediterrâneo num espaço comum de paz, estabilidade e prosperidade graças ao reforço do diálogo político e de segurança, bem como da cooperação económica, financeira, social e cultural.

No âmbito económico, este objectivo pretende ser atingido através da liberalização adicional das trocas comerciais e da perspectiva de um maior relacionamento dos países do Mediterrâneo com o Mercado Único Europeu, sendo estes aspectos complementados por uma maior assistência técnica e financeira.

ra. Aqui, na área económica, é dada particular ênfase aos progressos realizados visando a criação de uma economia de mercado plenamente operacional, através da implementação de reformas estruturais, assim como à estabilidade macroeconómica.

Ao abrigo desta política, a U.E. estabeleceu uma relação política e económica com o Mediterrâneo, para permitir um reforço das relações comerciais caso os regimes árabes dessem provas de melhoria na esfera política, nomeadamente em matéria de direitos humanos. No entanto, isto não se revelou.

Nestes últimos anos, a PEV produziu resultados concretos e tangíveis, permitindo um aprofundamento substancial das relações da União com alguns dos seus vizinhos mais próximos (Argélia, Arménia, Azerbeijão, Bielo-Rússia, Egipto, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Ucrânia), em conformidade com o princípio da diferenciação que permite que os países que desejem aprofundar as suas relações com a UE o possam fazer.

A título de reflexão torna-se importante salientar como foi e é interpretada esta Política Europeia de Vizinhança. É vista por alguns analistas como uma política de expansão das normas internas da UE para os países vizinhos, o que favorece a ideia de que existem uma assimetria de poderes entre a União e os países vizinhos. Assim, a política da vizinhança da UE consiste num processo de transferência unilateral. A PEV foi muito criticada e considerada como uma tentativa de dominação por parte da UE.

Segundo Lavenex, *“A UE pode imaginar-se com hegemonia normativa regional que utiliza o seu peso económico e normativo para estabelecer um conjunto de relações bilaterais altamente assimétricas que contribuem para uma transferência das suas normas e valores”*. No entanto, a chamada “Europeização” é a única via para se chegar a uma maior convergência de políticas.

Precisamente, para ampliar a zona de segurança que circunscreva a UE, deve-se proceder à promoção de um cinturão de países considerados de “bem governados” a Este e em torno da orla costeira do Mediterrâneo, com os quais se possam de facto estabelecer relações estreitas de cooperação.

No entanto, a zona mediterrânea tem revelado problemas de estagnação económica, descontentamento social e de conflitos, lembremos a Primavera Árabe; assim Europa deverá auxiliar por meio de uma cooperação mais efectiva políticas que visem o reforço económico, de segurança e cultural.

6. Considerações finais

- a. Anotemos que os actos humanos acabam por moldar a sociedade, de forma consciente, tendo noção das implicações dos actos escolhidos na relação entre liberdade e sujeição ao liberalismo, apesar da incerteza reinante por um lado na possibilidade de não garantir o ponto de equilíbrio óptimo de instabilidade e, por outro lado, quanto à reacção do estado e do mercado face ao caminho que se desenha de mudança de paradigma no sistema internacional, tendo como única certeza que nenhum estado, segundo Joseph Nye, poderá deter a pretensão de assumir na hierarquia das potências a posição de potência global sem conjugar *hard power* com *soft power* para obter *smart power* que incorporará os instrumentos militares, diplomáticos, políticos, económicos, jurídicos e culturais, legitimando a continuidade da *realpolitik* nas relações internacionais na prossecução do legado maquiavélico, outorgando apenas uma imagem aparente de mudança de facto do mundo físico visível.
- b. Consequentemente, em nome da construção da segurança europeia, Portugal no contexto não só intra mas extra-europeu deverá ter em consideração que os principais objectivos consistirá sobretudo na estabilidade e desenvolvimento económico-financeiro para que de facto, recordando as palavras do Vice-Almirante António Sacchetti, haja uma confluência entre a vontade política e a vontade nacional em nome de uma cooperação com os restantes vizinhos ou parceiros no quadro multilateral. Realçamos a grande questão em torno de averiguar se realmente a UE e os países vizinhos estarão a convergir os seus interesses no âmbito da cooperação em áreas como a segurança e a política externa. Anotemos, como refere Natorski, a diversidade das interações no diálogo político e diplomático respeitante a assuntos quer regionais quer de índole internacional, sublinhando a existência dos diferentes graus de poder e de legitimidade política nessas matérias.
- c. Por último, actualmente, com a crise económico-financeira, os principais valores que a UE defendeu desde a sua construção como por exemplo a democracia, os direitos humanos, o respeito pela ordem jurídica, têm vindo a ser colocados em causa o que tendencialmente acentuará o panorama de insegurança no interior dos Estados-membros com maior probabilidade de ocorrência de convulsões sociais. O desafio para Portugal, será o de garantir a convergência dos interesses e dos valores prevaletentes que separam a vontade nacional da vontade política para que o sector que garanta a segurança continue a projectar uma imagem de identidade não só nacional mas de defesa europeia, tendo em consideração que a UE continuará a necessi-

tar da NATO e a NATO da UE.

Bibliografia:

http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_3_6.pdf

http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0026_pt.htm

http://europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm

http://www.eeas.europa.eu/cfsp/index_pt.htm

<http://www.gpeari.min-financas.pt/relacoes-internacionais/assuntos-europeus/vertente-externa/politica-europeia-de-vizinhanca>

Marco António Batista Martins: Professor da Universidade de Évora. Director da Comissão de Curso da Licenciatura em Relações Internacionais. Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Investigador integrado do Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais (NICPRI). Auditor em Política Externa Nacional pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A Densificação dos Conceitos de Segurança e Defesa: o papel dos Jovens Europeus”

*Dr. Felipe Pathé Duarte, Doutorando e Investigador
Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa*

ABSTRACT

Neste novo século, marcado pela cruel e brutal afirmação do terrorismo nos ataques de 11/9, pela ascensão de novas potências a marcar posição no sistema internacional, por uma crise económico-financeira internacional que abalou o projecto europeu, provocando uma indefinição institucional sem precedentes, onde o clima de austeridade e a aparente falta solidariedade entre os Estados-membros levantam dúvidas e receios em todo o sistema político europeu, ao mesmo tempo que provocam uma instabilidade social preocupante.

A Nato, considerada por muitos a mais bem-sucedida aliança militar de todos os tempos, é hoje posta á prova perante uma nova realidade mais diversificada e abrangente. O que esperar da aliança transatlântica que durante 40 anos protegeu a Europa contra a ameaça de leste vinda da ex-União Soviética, e manteve a liberdade e democracia nas nações da Europa ocidental? De que modo pode a aliança continuar a defender os interesses dos seus aliados neste novo mundo multipolar?

“Defesa e cooperação transatlântica - Novos desafios”

*Dr. Rui Costa, doutorando em Teoria Jurídico-Política e
Relações Internacionais, Universidade de Évora*

ABSTRACT

Neste novo século, marcado pela cruel e brutal afirmação do terrorismo nos ataques de 11/9, pela ascensão de novas potências a marcar posição no sistema internacional, por uma crise económico-financeira internacional que abalou o projecto europeu, provocando uma indefinição institucional sem precedentes, onde o clima de austeridade e a aparente falta solidariedade entre os Estados-membros levantam dúvidas e receios em todo o sistema político europeu, ao mesmo tempo que provocam uma instabilidade social preocupante.

A Nato, considerada por muitos a mais bem-sucedida aliança militar de todos os tempos, é hoje posta á prova perante uma nova realidade mais diversificada e abrangente. O que esperar da aliança transatlântica que durante 40 anos protegeu a Europa contra a ameaça de leste vinda da ex-União Soviética, e manteve a liberdade e democracia nas nações da Europa ocidental? De que modo pode a aliança continuar a defender os interesses dos seus aliados neste novo mundo multipolar?

Numa época de crise, onde o futuro se contrai deixando um sentimento de insegurança na sociedade moderna, a guerra e o conflito tornam-se iminentes. À luz da teoria da transição de poderes, a potência hegemónica do último século vê países emergentes como a China, a Índia, o Brasil, e a Rússia, desafiarem o status quo e a estabilidade do sistema internacional, o que leva o poder instalado a reagir de acordo com um conjunto de factores que caracterizam o contexto do momento, podendo evoluir para o conflito ou para uma solução cooperativa. Já segundo a teoria dos ciclos longos, o período de paz global dos nos últimos 60 anos é de louvar, por um lado, e de temer, por outro. A história mostra que a guerra faz a sua afirmação através de ciclos, e quanto maior for o espaço temporal entre a sua ausência, maior será a probabilidade da sua ocorrência.

Apesar da crescente democratização do mundo moderno, sustentado pelas suas instituições democráticas, quer internas, quer supra-estatais, com capacidade de mediar e regular o conflito, surgem novas formas de violência como resposta a novas condicionantes onde os actores não estatais assumem um papel determinante, dando novas faces à violência e ao conflito, motivados por causas e objectivos por vezes incertos e nebulosos.

No mundo contemporâneo, com uma União Europeia em plena transformação, a indecisão e a aparente falta de visão de futuro, levantam dúvidas e receios em todo o sistema político internacional, deixando uma zona amorfa onde impera uma sensação de vazio ideológico, dando a clara sensação de que os pressupostos fundamentais do projecto europeu, estão hoje desajustados, desequilibrados e distantes dos desejos de crescimento e coesão idealizados na sua génese.

Neste contexto, com todos os desafios que surgem neste novo século, qual é o papel da NATO, considerada por muitos como “a mais bem-sucedida aliança militar de todos os tempos”? De que modo pode a aliança continuar a defender os interesses transatlânticos?

Muito mudou no panorama mundial desde o tratado do Atlântico Norte de 1949, e da famosa afirmação atribuída a Lord Ismay “keep the russians out, the americans in, and the germans down”, relativamente ao propósito da NATO, que na época reflectia um equilíbrio estratégico consequente dos interesses políticos do pós-IIGM. Desde então, que a NATO defende os valores da democracia e da liberdade individual, e conjuntamente, os aliados, enfrentaram desafios que nenhum estado poderia ter enfrentado sozinho. Durante 40 anos a aliança protegeu a Europa contra a ameaça de leste vinda da ex-União Soviética, manteve a liberdade e a democracia nas nações da Europa ocidental, e teve um papel fundamental no processo de integração europeia.

Os valores e objectivos comuns, e a lealdade entre os aliados, foram aspectos centrais que permitiram ultrapassar as dificuldades e manter uma Europa segura.

A relação entre os EUA e a Europa foi sem dúvida o pilar de suporte desta aliança, que para além do seu aspecto central relacionado com a segurança e defesa euro-atlântica, gerou um clima de estabilidade que favoreceu a cooperação económica e a prosperidade da região.

Em 1989, o mundo celebrou o final da guerra fria mas não o fim da aliança. Ao contrário de algumas expectativas académicas e profecias políticas, a NATO não se desvaneceu nem se tornou irrelevante neste novo mundo mul-

tipolar. Sem a ameaça vivida durante a guerra fria, a NATO e o ocidente puderam enveredar por um rumo de transcendência. Num mundo com rápidas mudanças no contexto estratégico, onde novas dimensões e novas ameaças exigem novas respostas e novos ajustamentos, foi necessário re-imaginar a aliança transatlântica.

De acordo com palavras de Kristian Kristensen¹ citando Lord Ismay, “a comunidade da NATO deve desenvolver-se como uma verdadeira família de nações, pensando em conjunto, agindo em conjunto, e ajudando-se no amplo espectro das questões internacionais”. Numa época onde a transcendência do mundo ocidental e a acção concertada nas relações internacionais marcam o espírito de comunidade, este é o total e verdadeiro sentido da aliança, e não apenas um conjunto de estados preocupados com a defesa contra o ex-bloco de leste.

Essa capacidade de re-imaginar a aliança, tomou o caminho do alargamento, quer em termos de parceiros da aliança, quer em termos de áreas de actuação e regiões do globo envolvidas. Conforme afirmou em 1993 o senador americano Richard Lugar², relativamente á necessidade dar uma novo sentido á NATO, “go out of area, or go out of bussiness”. Essa nova visão permitiu que no final dos anos 90, a aliança desempenha-se um papel preponderante na região dos Balcãs, e já no inicio deste século tornou possível a presença das suas tropas em zonas do globo fora da região euro-atlântica. Em Março de 2011, a aliança mostrou a sua prontidão e capacidade de resposta relativamente a novos e inesperados desafios. O seu papel de liderança no cumprimento das directivas da ONU no conflito na Líbia, mostrou as capacidades únicas de comando e controlo, necessários para integrar múltiplas forças aliadas e parceiros numa operação efectiva.

O final da guerra fria foi sem dúvida o ponto de viragem que marca a cissão, entre aquilo que foi, o que é, e o que será a NATO. A descontinuidade e mudança na configuração das forças no sistema internacional, mostrou não apenas um desafio mas também um momento de oportunidade para que, através da sua imaginação política, a aliança pudesse traduzir a total expressão do seu significado, não se apresentando apenas como uma aliança, mas sim como uma poderosa comunidade de segurança, afirmando a vontade de uma política e valores ocidentais.

Actualmente, a agenda da NATO considera principalmente 3 grandes dimensões. Primeiro, no Afeganistão, onde operacionalmente mantém a mais elevada presença militar dos últimos anos, onde mais de 125.000 tropas de todos os 28 estados-membros servem conjuntamente com topas de 22 de países parcei-

ros. O objectivo destas tropas é fundamentalmente ajudar as forças afegãs a manter um ambiente seguro na região e concluir o processo de transição nos prazos previstos.

Em segundo, a questão das capacidades de defesa da aliança. É uma prioridade para a NATO assegurar a sua capacidade militar, através do desenvolvimento de novas capacidades defensivas em áreas onde elas são fundamentais e necessárias. Por exemplo, na protecção da rede de computadores da aliança, na defesa nuclear e na defesa anti mísseis balísticos, entre outras.

Neste tempo de restrição orçamental, e com a clara noção do crescente fosso entre a capacidade militar dos EUA e a dos restantes aliados, é necessário o que Secretário-geral Rasmussen apelidou de “smart defense”, ou seja fazer uma gestão dos recursos de forma cooperativa, partilhando as responsabilidades de modo a diminuir a elevada dependência dos aliados relativamente aos EUA.

A terceira linha de acção recai sobre os parceiros da NATO. A ideia do alargamento tem sido uma ideia comum quer para a UE quer para a NATO, e a ideia de que “quanto maior melhor” tem sido a sua “pedra de toque”. Não existem dúvidas de que devem ser feitos esforços para seguir em frente, no sentido do alargamento e na convergência de ambos. Mas é necessário agir com precaução, pois segundo Simon Serfaty³, “uma NATO maior, só será melhor se isso a tornar mais forte”. ³ Serfaty, Simon na conferência: Are NATO and Europe still widening?, realizada no CSIS-Center for Strategic and International Studies em 21 de Setembro de 2010.

Nos anos após o colapso da ex-união soviética e final da guerra fria, os países do leste europeu realizaram um esforço considerável no estabelecimento de instituições democráticas, na afirmação de uma economia de mercado livre, e consequentemente criaram condições para a sua integração quer na UE, quer na NATO. Com a diversidade de desafios globais deste novo século, é fundamental o empenho e contribuição de todos aqueles que partilham valores e interesses comuns. No conceito estratégico de 2010 ficou bem patente que a promoção de uma segurança euro-atlântica é melhor conseguida através de uma rede coesa e unida de parceiros, organizações e países de todo o globo. Nesse sentido, é importante e necessário incluir novos parceiros que partilhem os valores da liberdade e democracia, como meio de fortalecimento da aliança, que para além de contribuem financeiramente para as operações da NATO, fornecem as suas tropas para integrar missões, e dão suporte político e legitimidade aos esforços da aliança.

A NATO reconhece também a importância de promover e reforçar a coopera-

ção estratégica com a Rússia. É claro que existem áreas de divergência que devem ser resolvidas. A questão da Geórgia, e mais recentemente a posição russa no CS da ONU relativamente à Síria, são questões sensíveis que importa serem analisadas e discutidas conjuntamente.

Através destas parcerias dinâmicas, a NATO tem emergindo como a urbe de uma rede de segurança, não apenas euro-atlântica mas global.

Mas qual o futuro da NATO? Que desafios se perfilam diante a comunidade transatlântica? O futuro da aliança é incerto, difícil ou mesmo impossível de prever, mas depende certamente de 3 grandes desafios. O primeiro que considera a questão do alargamento a novos parceiros e novas ameaças, com a aplicabilidade do artigo 5º do Tratado de Washington. O segundo relacionado com a questão do Afeganistão e a transição prevista para o final de 2014, e a terceira, e talvez a mais importante pela sua abrangência, a questão da crise económica e financeira e o seu impacto, quer no financiamento da aliança, quer na crise social vivenciada por alguns dos seus membros. Não existe compromisso mais sólido do que o acordo de defesa colectiva partilhada pelos aliados. O dever que tem uns para com os outros, ao abrigo do artigo 5º do tratado de Washington, estipula que o ataque a um aliado é um ataque a todos, funcionando como uma ligação inquebrável para a comunidade transatlântica. Talvez o valor deste compromisso não tenha a força de outrora, agora que não é necessário olhar com desconfiança e preocupação para o antigo bloco de leste, mas ao trazer novos estados para o seio da aliança importa entender de que forma a NATO irá responder às obrigações do artigo 5º, e de que modo agir em relação a um ataque a estado parceiro da aliança. Relativamente às novas ameaças, como responder ao abrigo do artigo 5º, por exemplo a um cyberataque sobre um dos aliados? Que medidas adoptar? Estas e outras questões levantam dúvidas acerca da aplicabilidade deste unificador artigo neste novo século.

A questão da transição no Afeganistão é sem dúvida importante para o futuro da aliança. Gradualmente, a NATO tem passado para as forças afegãs a responsabilidade da segurança em áreas que albergam mais de metade da população do país. Conjuntamente, os aliados e parceiros têm treinado o exército e polícia afegã, testemunhando o seu crescimento em tamanho e capacidade, e colaborado com o governo afegão no desenvolvimento das suas instituições.

Ainda no passado mês de Outubro, em declarações no Afeganistão, o Secretário-geral Rasmussen⁴ voltou a reforçar a ideia da necessidade de cumprir os prazos estabelecidos na execução do processo de transição, mostrando total confiança na capacidade das forças afegãs, para garantir uma transição res-

ponsável no final de 2014. Se a NATO não for bem-sucedida nesta missão pode propiciar uma oportunidade para uma nova reformulação e reimaginação da aliança.

Fundamental para o seu futuro, é sem dúvida a actual crise económica e social que se abate sobre a Europa, isso porque 21 dos membros da aliança são simultaneamente membros da UE, e para muitos deles a prioridade vai no sentido da UE e não a favor da aliança.

Com o clima de austeridade vivenciado no seio da União Europeia, para alguns membros europeus, com severas dificuldades orçamentais e com PIB's de crescimento nulo ou mesmo negativo, a parcela do orçamento disponível para a área da defesa sofre cortes e reduções consideráveis, o que deixa o financiamento da aliança ainda mais dependente de verbas provenientes do outro lado do Atlântico.

É importante salientar que actualmente, cerca de $\frac{3}{4}$ do esforço de financiamento da NATO, quer em termos monetários, quer em número de tropas no terreno, dependem dos EUA, o que revela bem o interesse e importância, da aliança transatlântica para a política externa norte-americana. Nesta perspectiva, Stops de Spiegeleire e Rem Korteweg⁵, num artigo publicado em 2006 relativamente ao futuro da aliança referem que “o principal factor que determina a força da Aliança é o interesse dos EUA na NATO. Independentemente de uma Europa forte ou fraca, e das avaliações das ameaças, as perspectivas da Aliança não são boas na ausência de liderança por parte dos Estados Unidos”.

Tomando uma perspectiva interna, importa salientar que os estados-membros da UE a atravessar um período de dificuldades financeiras sem perspectivas de um final anunciado, estão hoje expostos a uma pressão social instável, volátil e imprevisível, que se traduz numa ameaça que á muito deixou de ser potencial para se tornar efectiva. É evidente que uma ameaça interna é bem mais problemática do que um inimigo externo, bem diferenciado e isolado, por isso na minha opinião, é fundamental que a aliança esteja atenta a este novo desafio, e exerça pressão política re-inventado-se no sentido de criar soluções efectivas e adequadas, de modo a minimizar as ameaças internas que se erguem hoje no seio da aliança.

Para terminar e em conclusão, é importante evitar acções descoordenadas entre os EUA e os aliados europeus em tempos onde se exige vigor e unidade. É necessário uma visão ampla e consensual em relação a uma estratégia de longo-prazo, onde questões como o combate ao terrorismo, a defesa do ciberespaço, as alterações climáticas, o combate á proliferação de armas de des-

truição massiva, a segurança energética, entre outras, são consideradas e priorizadas, no sentido de promover a segurança e os valores salvaguardados pela aliança.

No curto-médio prazo é fundamental para a aliança garantir uma transição responsável e sustentável no Afeganistão, e controlar o Paquistão e o Irão. É importante também continuar a desenvolver esforços no fortalecimento das ligações entre aliados e parceiros, e no estabelecimento de uma relação de diálogo e de maior proximidade com a Rússia. Devem também ser ponderadas estratégias de aproximação à China, que apesar de não partilhar os valores de liberdade e democracia, o seu actual poderio económico-militar é impossível de ignorar.

É fundamental para a aliança, que na vertigem da sua expansão, não esqueça a Europa deixando-a refém de uma crise interna preocupante com possíveis consequências imprevisíveis e devastadoras.

No entanto, e independentemente dos desafios, creio que a NATO será sempre uma comunidade de estados, que defende e assegura os valores e interesses ocidentais. Desde que exista um mundo ocidental existirá sempre um futuro para a aliança transatlântica, com a missão de o defender e sustentar.

Notas:

- 1 Kristensen, Kristian na conferência: Imagining NATO: Past and present futures for the western alliance, realizada na Oxford University a 6 de Junho de 2012.
- 2 Em 1993, esta afirmação do senador Richar Lugar tornou-se celebre. Ver «http://www.atlantic-community.org/index/Global_Must_Read_Article/NATO's_Future_Not_Solely_Dependent_on_Afghanistan»
- 3 Serfaty, Simon na conferência: Are NATO and Europe still widening?, realizada no CSIS-Center for Strategic and International Studies em 21 de Setembro de 2010.
- 4 Segundo declarações proferidas na recente visita ao Afeganistão. Para informação mais detalhadas consultar «http://www.nato.int/cps/en/SID-EC120963-06558324/natolive/news_90679.htm»
- 5 In «<http://www.nato.int/docu/review/2006/issue2/portuguese/summaries.html>» consultado a 20 de Outubro de 2012.

Rui Costa, Doutorando em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais pela Universidade de Évora. Mestre em Engenharia Agronómica pela Univer-

cidade de Évora. Licenciado em Relações Internacionais e em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora. Especialista em Medicina Tradicional Chinesa pelo Luzhou Medical College

Sessão Final

Considerações Finais

Major-General Augusto de Melo Correia

Vice-Presidente do EuroDefense-Portugal

Durante muitos anos a política no mundo euro-atlântico assentou numa base de prosperidade. As gerações europeias acostumaram-se a viver num ambiente de tranquilidade e estabilidade e deram por irreversivelmente adquirido um bem essencial que tem por base um clima de paz e segurança, bem-estar social e progresso e prosperidade.

Deste clima de tranquilidade assegurada e de aparente ausência de ameaças e de conflitos armados violentos ou de grande intensidade na Europa, resultou uma cultura europeia de passividade da sociedade civil em geral e dos jovens em particular, para os aspectos da segurança e defesa, que são funções essenciais de qualquer sociedade organizada e que foram dadas por adquirido. Mas entretanto o Mundo mudou muito e tornou-se mais instável, imprevisível e inseguro. A sua característica maior é hoje a incerteza. Mas mudou em quê?

Nos anos 90 do século passado assistimos à queda do Muro de Berlim, ao desaparecimento do Pacto de Varsóvia, à implosão da União Soviética e ao Fim da Guerra Fria. Passou a prevalecer inicialmente, um mundo unipolar, com base na superpotência dos EUA alicerçada em valores semelhantes aos dos europeus, como democracia, direitos humanos, estado de direito e boa governação. O anunciado “Fim da História” e a generalização do conceito de “Dividendos da Paz”, são responsáveis sobretudo por uma cultura de dependência da Europa em relação à dimensão da segurança e defesa. A crise nos Balcãs nos anos 90s demonstrou a incapacidade da Europa para actuar política e militarmente na sua periferia estratégica e despertou as consciências dos políticos europeus para os perigos de novos nacionalismos ou “demónios” no interior da própria Europa, no dizer esclarecido do Professor Adriano Moreira. Mas, mesmo isso não foi suficiente para despertar e galvanizar a vontade da sociedade civil, para a potencial falta de segurança na Europa, que viveu demasiado tempo e continua a viver à “sombra” do garante da defesa colectiva proporcionada por uma NATO liderada pelos EUA.

Com o aparecimento das chamadas potências emergentes (BRIC) a posição dominante do Ocidente tem vindo a ser ameaçada tanto económica como politicamente.

te. O mundo unipolar tem vindo a transformar-se progressivamente num mundo multipolar, aumentando assim o grau de imprevisibilidade e incerteza no que respeita à segurança internacional.

No início do presente século, conjugadamente com o aparecimento de uma nova tipologia de ameaças e riscos, os atentados do 11 de Setembro de 2001 deram origem ao ressurgimento sistemático e mais organizado do fenómeno do terrorismo fundamentalista, acrescentando novo grau de imprevisibilidade e complexidade à já conturbada segurança internacional.

Relativamente aos factores geopolíticos e geoestratégicos, assistimos à paulatina e progressiva mudança da balança de poder para a Ásia e à alteração do interesse geopolítico dos EUA pela Europa, centrando agora a sua atenção estratégica mais na Ásia-Pacífico e no Médio-Oriente, de que é prova evidente a programada redução de forças americanas na Europa (muito provavelmente incluindo os Açores) e a instalação de uma base militar americana no Norte da Austrália.

Daqui resulta a necessidade de os membros europeus da NATO se preparem para um novo paradigma nas relações transatlânticas, baseado no conceito de “*Post-American NATO*”, com implicações operacionais, institucionais e financeiras. Este novo paradigma de reforço da Aliança Atlântica assentará no princípio de que a Europa terá de assumir uma maior responsabilidade pela sua defesa, adquirindo novas capacidades militares, que até agora só os EUA possuíam ou seja, deverá cessar de ser um consumidor de segurança para se tornar num produtor de defesa.

No recente conflito na Líbia, que conduziu à intervenção da NATO neste conflito, os EUA ensaiaram um novo conceito operacional de “*leading from behind*”, em alternativa à política de “*primus inter pares*”. O facto de a Europa ter sido chamada a proteger os seus valores e interesses essenciais com os seus próprios meios, poderá ser um exemplo para futuras operações da NATO, no quadro da nova doutrina Obama de defesa.

Ficou suficientemente demonstrada a vulnerabilidade da Europa para assumir esta nova partilha de trabalho estratégico com os EUA, nomeadamente no que às capacidades militares críticas diz respeito. De facto, mesmo tratando-se de uma pequena operação militar, estima-se que 90% das missões na Líbia necessitaram, de uma forma ou de outra, do apoio militar dos EUA. Este factor de vulnerabilidade merece reflexão e ponderação político-estratégica, devendo ser suficientemente preocupante para despertar os decisores políticos e mobilizar e reorientar vontades e acções da cidadania europeia, nomeadamente dos jovens, para a debi-

lidade da sua segurança.

No que respeita às ameaças, estas tornaram-se mais globais, difusas, imprevisíveis e complexas, tais como terrorismo, cibersegurança, criminalidade organizada transnacional, pirataria marítima, estados falhados, conflitos regionais e proliferação de armas de destruição maciça, exigindo cada vez mais respostas multilaterais.

Por isso, não obstante o desvio do foco estratégico dos EUA em relação à Europa, longe de ter diminuído de interesse, a relação transatlântica aparece hoje ainda mais essencial. Esta nova situação requer uma resposta adequada ao nível do planeamento estratégico das capacidades militares da Europa. E isto tudo tem de ser feito num clima de austeridade e num ambiente de crescente contenção dos orçamentos de defesa.

As profundas mutações da geopolítica global, incluindo aquelas que pisam os umbrais das nossas fronteiras, aumentaram bastante a instabilidade na vizinhança estratégica da Europa, designadamente no Norte de África e Médio Oriente, com a imprevisibilidade da chamada primavera árabe, a instabilidade crescente na Síria-Iráo e o surgimento do papel importante das populações e da sociedade civil na gestão da sua segurança e defesa.

Podemos assim estar no limiar de um novo cenário em que os tempos de austeridade podem fazer reviver os “velhos” e perigosos impulsos europeus de nacionalismo e populismo.

Com este enquadramento, podemos dizer que a segurança da Europa está hoje mais ameaçada, num quadro em que os cidadãos europeus têm o direito de ser adequadamente protegidos. Por isso, as gerações actuais têm hoje razões acrescidas para estarem mais preocupadas com a sua segurança, bem estar, progresso e prosperidade e para serem mais interventivas no processo de gestão da mesma. Mas, a questão que mais impressiona e preocupa é justamente a aparente indiferença ou apatia dos jovens perante os valores estratégicos relacionados com a área da defesa.

A actual crise económica e financeira que se faz sentir sobretudo na zona Euro, com impacto significativo na redução dos orçamentos de defesa, pode contribuir para que a crise financeira se transforme numa crise de segurança na Europa, com o desmoranar de algumas franjas do Sul da Europa. Corre-se assim o sério risco de se agravar ainda mais a limitada capacidade da Europa de continuar a ser um actor global provedor de segurança internacional, prejudicando a influência euro-

peia no mundo. Neste sentido, pode mesmo estar em causa a aptidão da Europa para projectar forças e estabilidade e responder com eficácia às novas ameaças na sua própria periferia estratégica. No dizer do Ministro da Defesa Dr. Aguiar Branco a dimensão da defesa nacional é importante e deve ser olhada com carácter prioritário.

Perante esta complexa situação de diversificação das ameaças e riscos e de uma progressiva carência estrutural de meios e capacidades, temos assistido ultimamente, tanto na UE como na NATO, à implementação de uma nova vontade política de “fazer mais e melhor de uma forma partilhada”, com o recurso sistemático a formas interdependentes, inovadoras, mais inteligentes e mais eficientes de cooperação, mutualização e partilha de defesa, aquilo que na gíria da UE e NATO se entendeu intitular de “*pooling & sharing*” e “*smart defence*”. Não sendo uma panaceia para todas as incapacidades Europeias uma coisa parece certa: para determinadas capacidades críticas a alternativa é clara, ou partilhamos ou renunciamos a elas!

Esta foi a razão principal desta Conferência, ao promover junto de jovens universitários, que serão o futuro de amanhã, o debate da problemática da segurança e defesa europeia nos dias de hoje e o papel que cabe aos jovens e á sociedade civil na mobilização de vontades e de acções para a preservação da sua segurança.

Cinco mensagens principais poderão extrair-se das conclusões desta Conferência:

1. A primeira, é que o Mundo actual é um Mundo de riscos e ameaças incertas;
2. A segunda, é que a Europa necessita de uma nova Estratégia de Segurança e Defesa, que defina uma visão partilhada do Mundo e uma mesma concepção do papel que a Europa deve desempenhar na cena internacional;
3. A terceira, é que não obstante as profundas mudanças geoestratégicas em curso e o maior enfoque dos EUA para a Ásia-Pacífico e Médio Oriente, sob o ponto de vista de segurança do espaço euro-atlântico, o fortalecimento das relações transatlânticas, tendo por base a NATO, continuará a ser essencial para ambos os lados do Atlântico.
4. A quarta, é que sem segurança não há tranquilidade, progresso, prosperidade e bem-estar social;
5. A quinta, é que os investimentos em defesa devem aumentar na proporção das ameaças.

Ao terminar gostaria de agradecer todo o apoio, a orientação e coordenação científica e a liderança do Departamento de Economia da Universidade de Évora, que acolheu esta Conferência, mais concretamente na pessoa do Prof. Doutor Marco António Martins, elemento fulcral na concretização desta iniciativa, que relevo pelo seu espírito de colaboração, capacidade de organização, coordenação e exemplaridade didáctica e pedagógica para os alunos.

Às estruturas representativas dos estudantes da UÉ, o nosso maior agradecimento pela vossa generosa e importante colaboração. Ao Micael Gonçalo dos Santos, aluno da licenciatura em Relações Internacionais, pela forma decidida e valente como aceitou o difícil desafio de sumarizar as Conclusões desta Conferência, quero apresentar a minha homenagem e os meus agradecimentos pela qualidade e serenidade com que desempenhou esta árdua tarefa.

Aos alunos da UÉ, de uma forma geral, mas especialmente àqueles que generosamente contribuíram, desde o primeiro momento, com ideias e com o seu trabalho e colaboração para o sucesso deste evento, quero aqui manifestar a expressão do nosso agradecimento e desejar-lhes grandes sucessos tanto académicos como na sua vida futura. Faço votos para que esta Conferência tenha, de alguma forma, contribuído para aprofundar os vossos conhecimentos científicos, e despertar o vosso interesse pelos assuntos da política de segurança e defesa Europeia.

Aos conferencistas e moderadores, que, com as suas comunicações de elevada qualidade, contribuíram para dignificar a Conferência e proporcionar um amplo e esclarecedor debate, apresento os agradecimentos do EuroDefense-Portugal bem assim dos outros co-organizadores. A todos os participantes de uma forma geral, apresento os agradecimentos da Comissão Organizadora pela sua presença que muito nos honra, por terem acreditado em nós, pelo interesse demonstrado nos temas em análise e por terem contribuído activamente para o debate.

Muito obrigado a todos, incluindo a DECIDE, Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, e os colaboradores do EuroDefense-Portugal.

Finalmente, gostaria de sublinhar uma vez mais que foi um enorme e grato prazer ter organizado este evento conjuntamente com a Universidade de Évora.

Muito obrigado a todos.

Relatório Final

*Alunos do Curso de Relações Internacionais da
Universidade de Évora (Comissão Organizadora)*

A conferência promovida pelo EuroDefense-Portugal em colaboração com o Departamento de Economia da Universidade de Évora visou, essencialmente, reflectir e debater o tema do novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e a sua conexão com os interesses de Portugal.

Para esta reflexão tivemos a colaboração de membros da EuroDefense-Portugal, da organização DECIDE, de professores e alunos, que nos deram a oportunidade de escutar as suas posições/opiniões e trabalho desenvolvido no âmbito do tema “O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia – Desafios e opções para Portugal”.

A primeira exposição designada de “A evolução da Estratégia Europeia de Segurança – opções para Portugal”, foi elaborada pelo General Abel Cabral Couto que apresentou uma breve resenha histórica da Segurança e Defesa. Desde o documento Solana que defendia as grandes linhas para a Segurança e Defesa na Europa, passando pelo acordo de Maastricht e acordo de Saint Malo, até chegar ao acordo de Lisboa. Para este conferencista existem duas perspectivas para Portugal: o preenchimento de determinados lugares na estrutura internacional e a possibilidade de criar centros de excelência que são vitais para a Segurança Europeia. Localizou historicamente os conceitos de segurança e de defesa abordando a sua evolução e o método de como ambas se relacionam entre si, definindo que a segurança está profunda e essencialmente ligada ao fator de sobrevivência e é aquilo que mantêm a permanência do ser vivo e definiu que a defesa é uma atividade desenvolvida para obter a segurança, não se tratando esta apenas de defesa das fronteiras territoriais mas também da nossa língua, cultura e identidade. Terminou o seu discurso referindo que este é um problema que tem de partir da iniciativa de todos os cidadãos, “Os problemas de hoje têm de ser resolvidos por todos”.

Na exposição realizada pelo Prof. Doutor Marco Martins e pela aluna Ana Teresa Caeiro falou-se da distinção entre guerras e conflitos referindo-se os números de conflitos desde o fim da Guerra Fria até aos dias de hoje. Referiu-

se ainda o dilema da procura da guerra para se obter a paz e da busca da paz para obter a guerra. A oposição entre vontade política e vontade nacional. O Tratado de Lisboa como marco importante para a política Europeia de Segurança e Defesa. A aluna Ana Teresa Caeiro fez a abordagem de essencialmente três assuntos: o primeiro assunto a ser abordado foi a política comum de segurança e defesa; de seguida o método estratégico de segurança europeia e, por último, o relacionamento existente entre a NATO e a União Europeia.

A exposição realizada pelo Dr. Pathé Duarte centrou-se nos conceitos de Segurança e de Defesa, destacando a importância que os jovens europeus têm e poderão vir a ter no desenvolvimento do espírito europeu de segurança e defesa. Para o conferencista o Estado não é o garante total da segurança pois esta está cada vez mais alargada nos dias de hoje. Assim, o Estado surge como demasiadamente pequeno para ser actor e garante de segurança contra as ameaças de carácter externo, e, por vezes, é demasiadamente grande para aplacar as pequenas ameaças internas, em território nacional. Desta forma se afirma que, actualmente, o Estado se encontra em crise. Exige-se, por isso, uma maior importância na política de cooperação. A sociedade depende do Estado para ter segurança e por sua vez este aliena parte da sua segurança no topo ao nível das instituições internacionais e na base ao nível da população. Tendo como base a democracia participativa, também foi referida a participação dos jovens para prevenir conflitos. Mencionou também que teria de haver uma cultura de cidadania voltado para os jovens para que estes se sentissem parte da polis e assim desempenhar um bom papel nesta presentemente e futuramente.

Na exposição “Defesa e Cooperação transatlântica – Novos Desafios” realizada pelo doutorando Rui Costa, o orador refere que os actores não estatais assumem cada vez maior importância. Exemplo disto é a NATO que se apresenta como uma organização militar, promovendo a democracia e a liberdade individual. Esta organização utiliza o Smart Defense como gestão cooperativa entre todos os parceiros. O orador explicou a importância da ISAF, missão de segurança liderada pela NATO no Afeganistão. Foi ainda salientada a importância da cooperação entre a UE e os EUA, assim como uma maior proximidade com a Rússia.

No fim das exposições foi dada a oportunidade, a quem assistiu, de colocar algumas questões.

Dirigida ao General Abel Cabral Couto, tivemos a seguinte questão: “De futuro, o número de organizações internacionais para a defesa e segurança têm tendência a aumentar ou pelo contrário algumas serão aglutinadas noutras já

existentes, de modo a haver maior eficácia de actuação e redução de custos?” O General Abel Cabral Couto acabou por centrar a sua resposta na questão do equilíbrio de poder entre as várias geografias, nomeadamente entre a UE e a Rússia e também da China.

Com uma temática algo diferente da questão anterior foi a questão dirigida ao Dr. Pathé Duarte, que versava sobre qual é/deve ser o papel dos jovens europeus face às novas ameaças e sobre o que estes podem fazer concretamente neste âmbito. Dos esclarecimentos do orador há que ter em conta dois aspectos: o que poderá ser feito para os jovens e o que eles podem fazer. No primeiro aspecto, nota-se uma ausência de interesses de estratégia nacional. Contudo o assunto da cidadania tem especial importância para a soberania. Através da formação cívica é possível criar a necessidade de participação na polis. No segundo aspecto, através destes cursos de formação, os jovens podem criar uma associação nacional de modo a capitalizar, aplicar e disseminar a ideia de cidadania onde por sua vez realizam seminários.

Houve ainda oportunidade para ser colocada, à mesa, uma questão sobre a problemática da xenofobia e dos nacionalismos e do impacto destes nas questões da segurança. Sendo uma questão difícil e complexa a resposta exibiu igualmente alguns traços de complexidade – “Através do nosso semelhante obtém-se segurança, auxilia-me a saber quem eu sou, mas por outro lado o mesmo também é desconhecido, pode ser adversário e concorrente.” No projecto da UE deve-se compatibilizar a pluralidade com a unidade pois não é um espaço de subordinação mas de cooperação.

A sessão final da conferência ficou entregue ao Major General Augusto Melo Correia, considerando este que, apesar da aparente serenidade e paz e da passividade da sociedade e dos jovens em geral, podemos estar no limiar de surgimento de nacionalismos e populismos. Por isso, a segurança da UE está hoje ameaçada. As gerações actuais têm razões acrescidas para estar preocupadas com a Segurança e Defesa. A questão que mais preocupa é a apatia e indiferença dos jovens em relação a estas questões. Por fim conclui que, a defesa nacional é importante e deve ser vista como prioridade, essencialmente devido a quatro aspectos: o mundo actual é risco e ameaça; a Europa precisa de uma nova visão de Segurança e Defesa; sem segurança não há tranquilidade; e os investimentos na defesa têm de ser ao nível e proporção das ameaças.

Em jeito de balanço verificamos que a conferência foi bem sucedida, contando na sua grande maioria com a participação dos alunos de Relações Internacionais da Universidade de Évora, que não deixaram passar esta oportunidade de se debater e analisar questões tão preponderantes na actualidade como a

Segurança e Defesa Europeia.

Desta conferência saíram todos os intervenientes e participantes mais enriquecidos, contribuindo para esclarecer certas questões, estar atentos ao presente e termos uma melhor visão do futuro.

A partilha do saber e do conhecimento entre estas duas instituições – a militar e a universitária – é de incentivar para futuros eventos.

A importância do tema e do encontro serviram não só para fortalecer laços, mas também, para sabermos que apesar do encargo de garantir a Segurança e a Defesa não recair hoje totalmente sobre o Estado, este ainda desempenha um importante papel na soberania e identidade de um povo. Para além disso é de destacar a importância de organizações internacionais como a NATO, que devem continuar a existir para garantir essa Segurança e, se possível, alargá-la a outros campos como a Rússia.

Comissão de Alunos Organizadora da Conferência

Coordenadora da equipa: Ana Teresa Caeiro

1º Ano

Ana Margarida Severino Martinho ; l30380@alunos.uevora.pt

2º Ano

Micael Gonçalo Veras dos Santos ; l29797@alunos.uevora.pt

Carolina Pinho Mateus ; carolina.mateus92@gmail.com

Matheus Broch Loures de Souza; l28861@alunos.uevora.pt

Ana Teresa Racha Caeiro; teresa-caeiro@hotmail.com

3º Ano

Ilse Ramos Dias Pires de Carvalho; ilseramosdias@hotmail.com

Inês Sofia Pinto Fernandes; ines__fernandes@hotmail.com

Vitor M: Macedo Bombico Silveira Vicente; vitor.vicente@gmail.com

Luis Andre Faria Santana ;luis-f-santana@hotmail.com

Maria Manuela Mourato Severino; manuela.severino@drealentejo.pt

Alexandra Sofia Santos de Oliveira; alexmemex@msn.com
Helda Maria Lobinho Cachatra Pereira Lapa; hlapa@uevora.pt

MRIEE

Joana Cristina Lucas Caeiro Lourinho jllourinho@gmail.com
Carla Sofia Carreira Jacinto; carlascj_@live.com.pt

LINKS ÚTEIS SOBRE LEITURAS RECOMENDADAS

- **A história da União Europeia**
http://europa.eu/abc/history/1945-1959/index_pt.htm
- **A União Europeia no mundo**
<http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/67/pt.pdf>
- **A União Europeia no seu país**
http://europa.eu/euinyourcountry/index_pt.htm
- **A União Europeia num ápice – como funciona a UE**
http://europa.eu/abc/index_pt.htm
- **Ação externa da União Europeia**
<http://consilium.europa.eu/eeas/security-defence.aspx?lang=pt>
- **Actividades da União Europeia - Política externa e de segurança**
http://europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm
- **Agência Europeia da Segurança Marítima (em Lisboa)**
www.emsa.europa.eu
- **Agência Europeia de defesa**
<http://eda.europa.eu/>
- **Agências da União Europeia**
http://europa.eu/agencies/index_pt.htm
- **Aprender a Europa**
www.aprendereuropa.pt
- **Banco Europeu de Investimento (em Lisboa)**
www.bei.org
- **Capacidades**
<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/capabilities?lang=pt>
- **Centro de Informação Europeia Jacques Delors (em Lisboa)**
www.eurocid.pt
- **CFSP**
<http://www.consilium.europa.eu/policies/foreign-policy?lang=pt>

- **Comissão Europeia**
http://ec.europa.eu/index_pt.htm
- **Comissões do Parlamento Europeu**
<http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/AFET/home.html>
- **Conselho da União Europeia – reuniões do Conselho**
<http://www.consilium.europa.eu/press/council-meetings?lang=pt>
- **Delegações para a relação com a NATO**
<http://www.europarl.europa.eu/delegations/pt/dnat/home.html>
- **Empresas e indústria**
http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/defence/index_pt.htm
- **ESDP Newsletter – Council of the European Union**
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/esdp/132649.pdf
- **Estratégia Europeia em matéria de segurança**
<http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>
- **Estruturas da PESH**
www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=279&lang=en
- **Europe Direct**
http://europa.eu/euopedirect/index_pt.htm
- **European Union Satellite Centre**
<http://www.eusc.europa.eu/>
- **EUROPEDIA – Blog de discussão**
<http://europedia.moussis.eu/discus/>
- **Força Europeia de Gendarmerie**
www.eurogendfor.eu/
- **Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal**
www.parleurop.pt
- **Gestão civil de crises**
<http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence/civilian-crisismanagement?lang=en>

- **Home affairs**

http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/internalsecurity/index_en.htm

- **Humanitarian Aid and civil protection**

http://ec.europa.eu/echo/index_en.htm

- **Institute for Security Studies of the European Union (EU ISS)**

<http://www.iss.europa.eu/>

- **Instituto Português de Relações Internacionais**

www.ipri.pt

- **Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança**

www.ipris.org

- **Luta contra o terrorismo**

<http://www.consilium.europa.eu/policies/fight-against-terrorism?lang=pt>

- **Missões e operações da União Europeia**

<http://consilium.europa.eu/eeas/security-defence/eu-operations?lang=pt>

- **NATO – SITE OFICIAL**

<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>

- **NATO Parliamentary assembly**

<http://www.nato-pa.int/>

- **Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência (em Lisboa)**

www.emcdda.europa.eu

- **Parlamento Europeu**

<http://www.europarl.europa.eu/portal/pt>

- **Peace and security (Nações Unidas)**

<http://www.un.org/en/peace/index.shtml>

- **Portal da União Europeia**

<http://europa.eu>

- **Produtos pedagógicos sobre a União Europeia**

www.prepararfuturo-ue.eu

- **Projecto de estratégia da segurança interna da União Europeia: "Rumo a um modelo europeu de segurança"**
<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/st05/st05842-re02.pt10.pdf>
- **Publicações – EU Bookshop**
<http://bookshop.europa.eu>
- **Relatório anual da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança**
www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/librairie/PDF/PT_PESC%202009_web.pdf
- **Relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança**
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf
- **Representação da Comissão Europeia em Portugal**
<http://ec.europa.eu/portugal>
- **Serviço Europeu de acção externa**
http://www.eeas.europa.eu/index_pt.htm
- **Sub-comissão da Segurança e da Defesa – Parlamento Europeu**
<http://www.europarl.europa.eu/activities/archives/com6/mainSheet.do?language=PT&body=SEDE>
- **United Nations peacekeeping**
<http://www.un.org/en/peacekeeping/>
- **YOU TUBE**
www.youtube.com/EUSecurityandDefence

Elaborado pela DECIDE – Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania (Outubro 2012)

<http://www.decideportugal.org/>

COLEÇÃO SÍNTESES EURODEFENSE

- Síntese 1 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD” (Maio de 2003)
- Síntese 2 – Mesa Redonda “A Construção Europeia – Que Espaço Estratégico para Portugal” (Julho de 2003)
- Síntese 3 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Pós-Alargamento” (Setembro de 2004)
- Síntese 4 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Quadro do Tratado Constitucional” (Junho de 2005)
- Síntese 5 – Mesa Redonda “A Crise da União Europeia – Implicações para Portugal” (Novembro de 2005)
- Síntese 6 – Mesa Redonda “Cooperação estruturada na PESD – um novo instrumento de parceria?” (Março de 2006)
- Síntese 7 – Seminário “Uma União Europeia mais Coesa e mais Segura” (Julho de 2006)
- Síntese 8 – Conferência “Portugal e a Agência Europeia de Defesa – Oportunidades para a Indústria Nacional”
- Síntese 9 – Mesa Redonda “A Economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico” (Setembro de 2006)
- Síntese 10 – Mesa Redonda “As Contrapartidas como instrumento da Economia de Defesa” (Janeiro de 2007)
- Síntese 11 – Seminário “A segurança e a defesa da UE e as empresas portuguesas” (Fevereiro de 2007)
- Síntese 12 – Mesa Redonda “A União Europeia e o conflito do Líbano” (Abril de 2007)
- Síntese 13 – Mesa Redonda “A União Europeia e as relações com África” (Novembro de 2007)
- Síntese 14 – Mesa Redonda “O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira UE-África” (Dezembro de 2007)
- Síntese 15 – Mesa Redonda “Implicações do Tratado de Lisboa no Quadro da PCSD” (Abril de 2008)

Colecção Sínteses EuroDefense

- Síntese 16 – Conferência “A nova PCSD – Desafios e Opções para Portugal” (Julho de 2008)
- Síntese 17 – Conferência “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal” (Junho de 2010)
- Síntese 18 – Mesa Redonda “Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança - Desafios e Condicionantes” (Maio de 2010)
- Síntese 19 – Conferência “O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia” . Universidade de Aveiro(Novembro de 2010)
- Síntese 20 - Conferência “O novo quadro de Segurança e Defesa Europeia” Lisboa/ISCSP (Novembro 2011) - Ainda não publicado



CENTRO DE ESTUDOS EURODEFENSE-PORTUGAL

MEMBROS FUNDADORES

Associação Industrial Portuguesa

Instituto da Defesa Nacional

CORPOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL

Presidente

Dr. João Salgueiro

Vice-Presidente

TGen Abel Cabral Couto

Vogais

Dr.^a Maria Perpétua Rocha

Dr. António Barbosa da Silva

TGen Eduardo Mateus da Silva

DIRECÇÃO

Presidente

Dr. António Figueiredo Lopes

Vice-Presidente

MGen Augusto J. Melo Correia

Secretário-Geral

Cor. Miguel A. Fradique da Silva

Conferência
Universidade de Évora
EuroDefense-Portugal

Comissão Organizadora

Prof. Doutor Marco António Martins (UE)

Coordenador Científico da Conferência

Dr. Paulo Figueira (UE)

Presidente da Associação de Estudantes

Jorge Bandarra (UE)

Presidente do Núcleo de Relações Internacionais

MGen. Augusto Melo Correia (EuroDefense-Portugal)

Cor. Miguel A. Fradique da Silva (EuroDefense-Portugal)

Cor. António Rosas Leitão (EuroDefense-Portugal)

Prof.^a Dr.^a Ana Isabel Xavier (DECIDE)



Departamento de Economia
Comissão de Alunos Organizadora
das Conferências
Colégio Espírito santo
Largo dos Colegiais, 2
7000-803 Évora

e-mail: economia@uevora.pt
www.decon.uevora.pt/

Centro de Estudos
EuroDefense-Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel.: 21 360 11 23 / 12 44
e-mail: eurodef@aip.pt
Web: <http://eurodefense.aip.pt>